



**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE LUZIÂNIA
CURSO DE PEDAGOGIA**

ALINE DE FARIAS SILVA

**ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO DÉFICIT
DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH):
Estratégias e Possibilidades na Escola Municipal Antônio Farias de Mesquita
de Luziânia - GO**

**LUZIÂNIA - GO
2023**

ALINE DE FARIAS SILVA

**ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE
ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH):
Estratégias e Possibilidades na Escola Municipal Antônio Farias de Mesquita de
Luziânia - GO**

Trabalho de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Luziânia, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Manoel Adão.

LUZIÂNIA - GO

2023

ALINE DE FARIAS SILVA

**ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE
ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH):
Estratégias e Possibilidades na Escola Municipal Antônio Farias de Mesquita de
Luziânia - GO**

Trabalho de Curso defendido e aprovado em 23 de janeiro de 2023, pela Banca Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Jorge Manoel Adão (UEG)

Orientador

Prof. Esp. Daniel Pereira da Silva (UEG)

Avaliador

Prof. Dr. Emer Merari Rodrigues (UnB)

Orientador

Dedico este trabalho a meu noivo, Breno Gonçalves de Araújo, que durante todo o meu processo de formação acadêmica me propôs motivação, força e inspiração para continuar e superar meus limites. Aos meus pais, Eliene de Farias Natal da Silva e Nilton Rodrigues da Silva que dedicaram seu tempo para me ensinar a nunca desistir. A minha querida avó Sebastiana Alves de Oliveira, que faleceu sem me ver formada. A meu irmão Igor Adriano de Farias que acreditou em mim. E ao meu professor e orientador Dr. Jorge Manoel Adão, que dispôs do seu tempo com satisfação.

Deixo aqui meu agradecimento primeiramente a Deus que me fortaleceu com sabedoria para conseguir atravessar essa etapa da minha vida. Agradeço ainda à meu noivo, que foi meu porto seguro, e que sempre esteve disposto a sonhar comigo este sonho e a dedicar seu tempo para me levar sempre a universidade. A minha família, e em especial aos meus pais por serem meu porto seguro sempre, me apoiando e guiando. Agradeço a minha madrinha e minha tia, que sempre me deram suporte e estiveram dispostas a me ajudar em todo percurso acadêmico.

RESUMO

O presente trabalho discute acerca da alfabetização de crianças com transtornos do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Possui como objetivo geral investigar o processo de alfabetização das crianças com TDAH, especificamente, a partir de um estudo de caso em uma Escola Municipal do Estado de Goiás (GO). E com isso, os objetivos específicos embasados são: apresentar o contexto histórico, legal e epistemológico da Educação Especial voltada aos alunos com TDAH; realizar pesquisa de campo; analisar os dados da observação e dos dados coletados na pesquisa de campo, e destacar estratégias e possibilidades para que ocorra este processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, a metodologia aplicada para esta pesquisa é voltada para a qualitativa, com a modalidade de estudo de caso, e, com a técnica de observação da entrevista semiestruturada. Para fundamentação da pesquisa temos a contribuição do livro “*No mundo da Lua*” (2003) na qual aborda diversas questões sobre o transtorno, e para a fundamentação teórica contamos com autores como: Vygotsky (1932/1934/1979/1984), Piaget (1999), Emília Ferreiro (1980), Libâneo (1994), Brites (2019), entre outros. Utilizamos também as legislações que apoiam este ensino, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1994), Constituição Federal de 1988 entre outros. A principal conclusão desta pesquisa, é de que, nas escolas com apoio da Secretaria de Educação que têm a parceria com a Divisão de Atendimento às Necessidades Educacionais Especiais, ou seja, essa parceria, possibilita para a escola um currículo escolar mais amplo com vantagens aos alunos que necessitam dessa educação mais participativa. Enfim, esta pesquisa em seu conjunto, com a pesquisa de campo, nos dá a perspectiva de que a criança com TDAH pode ser alfabetizada.

Palavras-chave: Educação Especial. Alfabetização. TDAH. Estudo de Caso.

ABSTRACT

The present work discusses about the literacy of children with attention deficit hyperactivity disorders (ADHD). Its general objective is to investigate the literacy process of children with ADHD; specifically, from a case study in a Municipal School in the State of Goiás (GO). And with that, we base the specific objectives that are the following: to present the historical, legal and epistemological context of Special Education aimed at students with ADHD; carry out field research; analyze observation data and data collected in field research; and, highlight strategies and possibilities for this teaching and learning process to occur. In this way, the methodology applied for this research is focused on the qualitative, with the modality of case study, and, with the technique of observation of the semi-structured interview. To support the research we have the contribution of the book " In the world of the Moon" (2003) in which it addresses several questions about the disorder, and for the theoretical foundation we have authors such as: Vygotsky (1932/1934/1979/1984), Piaget (1999), Emília Ferreiro (1980), Libâneo (1994), Brites (2019), among others. We also used the laws that support this teaching, such as the Law of Guidelines and Bases of National Education (1994), Federal Constitution of 1988, among others. The main conclusion of this research is that, in schools with the support of the Department of Education that has a partnership with the Division of Assistance to Special Educational Needs, that is, this partnership, enables the school to have a broader school curriculum with advantages to students who need this more participatory education. Finally, this research as a whole, with the field research, gives us the perspective that the child with ADHD can be literate.

Keywords: Special Education, Literacy, ADHD, Case Study.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO.....	12
1.1 História da alfabetização no Brasil	12
1.2 Conjuntura atual da Alfabetização, Educação Especial e TDAH.....	14
2 ABORDAGEM TEÓRICA.....	18
2.1 Conceitos e métodos de Alfabetização	18
2.2 Legislações.....	23
2.3 TDAH e Alfabetização.....	27
2.4 Metodologia utilizada.....	32
3 CONTEXTO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO.....	34
3.1 Diagnose social.....	34
3.2 Descrição da pesquisa de campo.....	35
3.3 Análise da pesquisa de campo.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE.....	46
ANEXO	47

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Curso – TC, como explicitado nos elementos pré-textuais, possui como temática ‘’ Alfabetização de crianças com Transtorno do Déficit de Educação e Hiperatividade (TDAH): estratégias e possibilidades na Escola Municipal Antônio Farias de Mesquita de Luziânia - GO’’. Neste interim, enfatizo que, o Manual de Diagnósticos e Estatísticos de Transtornos Mentais aponta que em 2014, cerca de 6% a 7% das crianças brasileiras sofrem com o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Assim, é percebido que ainda é necessário a aplicação da Lei n.º14.254 de 2021, que determina e garante que os educandos tenham acompanhamento no ambiente escolar para garantir a sua educação de qualidade.

O aluno portador de TDAH deve ser incentivado a navegar no mundo da escola. E o professor é um grande influente nesta etapa; pois, além de incluir o aluno, ele tem a tarefa de elaborar métodos de ensino e aprendizagem condizentes com a realidade desses alunos. Conforme Libâneo (1994, p. 90) “a relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão do professor que ensina para um aluno que aprende”.

Diante desses dados faz-se necessário a seguinte questão problema deste trabalho: quais são as estratégias e possibilidades utilizadas e presentes no processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)?

A investigação sobre esse tema se justifica por entender que as estratégias e possibilidades para que ocorra a alfabetização do aluno com TDAH são importantes; é de extrema necessidade saber e discutir para que a mesma ocorra com êxito. A dificuldade dos alunos portadores de TDAH se torna maiores dentro do âmbito escolar, e, esse ambiente, por sua vez, deve ser pensado e equipado com poucas informações que distraia a atenção, para que este aluno aprenda. É necessário que o professor saiba como agir, e conforme Silva (2014) os professores devem ter conhecimento sobre o assunto, “jogo de cintura” e flexibilidade para ajudar o aluno com TDAH. A informação é o passo mais importante para se entender como funciona a cabeça dessas crianças.

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar o processo de alfabetização das crianças com TDAH; especificamente, a partir de um estudo de caso em uma escola do município de Luziânia do estado de Goiás (GO). E com isso embasamos os objetivos específicos, que são os seguintes: apresentar o contexto histórico, legal e epistemológico da Educação Especial voltada aos alunos com TDAH; realizar pesquisa de campo; analisar os

dados da observação e dos dados coletados na pesquisa de campo; e, destacar as estratégias e possibilidades para que ocorra este processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, pesquisar e entender sobre as legislações é fundamental para definir os apoios presentes para esses alunos, como a vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394 de 1996); a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997. Assim como autores fundamentais para a alfabetização como Jean Piaget (1999) e as fases do desenvolvimento; Emília Ferreiro (1980) e as fases da alfabetização, que foi um divisor de águas nos anos de 1980; José Carlos Libâneo, que é um defensor da escola e do ensino e aprendizagem escolar.

Observando pelo lado de publicações, utilizamos os autores como Paulo Mattos (2003) que escreveu o livro no Mundo da Lua, que fala especialmente de pessoas com TDAH; e, Clay Brites (2019) que defende o transtorno não associado a doença.

A metodologia aplicada para a elaboração deste trabalho foi pensada como uma forma de sanar dúvidas e entender mesmo que brevemente a alfabetização dos TDAH, tendo como base o tipo de pesquisa qualitativa, com a modalidade de estudo de caso e com a técnica de observação e entrevistas semiestruturadas.

Por meio da pesquisa qualitativa é possível investigar o estudo de caso pois, conforme Gil (2002, p. 53) “O estudo de campo constitui o modelo clássico de investigação no campo da Antropologia, onde se originou. Nos dias atuais, no entanto, sua utilização se dá em muitos outros domínios, como no da Sociologia, da Educação, da Saúde Pública e da Administração”.

Logo é possível conceituar a técnica de pesquisa utilizada, pois nas palavras de Severino (2013, p. 106) “as técnicas são os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas”. Por meio dessa técnica o método da entrevista utilizado contara com os professores e gestores da escola, e, que segundo Severino (2013, p. 107) “técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados”.

Buscando compreender a história da alfabetização e a inserção do aluno com TDAH no ambiente escolar foi necessário dividir o texto, contando inicialmente com um breve levantamento da educação especial e a contextualização do TDAH dentro da escola, partindo para a história da alfabetização no Brasil, seus métodos e conceitos até chegar a educação atual, no qual é um ponto crucial de ser estudado. E por fim, finalizar com a alfabetização voltada para alunos com TDAH ao expor alguns métodos para que a alfabetização desses alunos ocorra de forma gradativa.

Por fim, o texto final deste Trabalho de Curso foi organizada em três capítulos: (a) Contexto Histórico e Contemporâneo; (b) Abordagem teórica; (c) e, Contexto, Descrição e Análise da Pesquisa de Campo; Primeiramente iniciamos com Introdução, depois dos capítulos as Considerações Finais seguidos de Referências e Anexos.

1 CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO

O presente capítulo apresenta uma breve história da alfabetização no Brasil, e o contexto histórico e contemporâneo da educação, juntamente com a conjuntura atual da alfabetização nos aspectos da Educação Especial voltada aos alunos com Transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

1.1 História da alfabetização no Brasil

A educação teve sua origem com um sentido amplo, do latim *educere e educare*, que significa conduzir de fora para sustentar. O processo de educação também inclui o alfabetizar, que é uma etapa fundamental para o desenvolvimento da criança no ambiente escolar.

A alfabetização se conceitua pela habilidade de ler e escrever, codificar e decodificar a escrita e números. Sabe-se que alfabetizar não é somente memorizar a leitura e a escrita. Ensinar a ler e a escrever requer um processo de respeito com o aprendiz, pois é um momento de desafios e conhecimento, e com essas etapas pode-se revelar alguns transtornos que não foram observados antes.

A educação iniciou no Brasil através do período Colonial, que foi marcado pela chegada dos jesuítas, por volta de 1549. O principal objetivo dos padres jesuítas era a catequização levando atos religiosos, bons comportamentos e o ensino filosófico das teorias de Aristóteles e São Tomás de Aquino, como a metodologia pedagógica (Conceição, 2017).

Os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla 'rede' de escolas elementares e colégios como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* a sua expressão máxima (SANGENIS, 2004, p. 93).

A educação dos ricos e pobres, que incluía negros e indígenas da época, era diferente. Os negros e índios podiam apenas ter a educação catequista dada pelos padres. Já os filhos dos ricos e dirigentes eram destinados uma educação superior. Ribeiro (1984, p. 28) aponta que existia um plano de estudo para eles, no qual era: Nóbrega, aprendizado de Português, doutrina cristã, escola de ler e escrever, canto orfeônico, aprendizagem profissional e agrícola, música instrumental, gramática latina, viagem à Europa, ratio, cursos de humanidade, filosofia, teologia e viagem de teologia.

A docência no Brasil em 1599 ganhou o Manual publicado por um padre italiano, no qual ficou conhecido como *Ratio Studiorum*, que foi considerado como uma organização para instruir os índios, tornou-se o método pedagógico dos jesuítas. “Todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio Loiola, o *Ratio Atque Institutio Studiorum*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum* (MELO, 2012, p. 12)”.

O objetivo principal do *Ratio Studiorum* era formar para pensar e escrever. Miranda (2009, p. 41) enfatiza que:

A pedagogia do *Ratio* pretende que o educando, a partir da sua liberdade, desenvolva o máximo de modo harmônico e segundo uma hierarquia de valores, as suas disposições espirituais e as suas faculdades mentais, volitivos e afectivos, de acordo com a sua verdadeira natureza e destino.

A educação escolar no Brasil, enquanto colônia de Portugal, passou por três etapas, segundo Junior, foram (2009, p. 24): a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marques de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e, do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a Corte para o Brasil (1808-1821).

Os padres jesuítas ficaram no comando até por volta de 1759. Quando o Marques de Pombal entrou no comando e ditou novas regras que ficaram conhecidas como Reformas Pombalinas. Essas reformas tinham como objetivo retirar todo ensino religioso e implementar os comerciais, que eram os interesses do Estado (MELO, 2012, p. 18).

A formação dos professores era precária, sem a devida fundamentação didática, e desvinculada da realidade política, econômica, histórica e cultural vivenciada no Brasil colônia. Além disso, a saída dos jesuítas do âmbito educacional não diminuiu a influência do clero sobre assuntos educacionais. Assim, a grande maioria dos professores era nomeada por indicação ou sob a concordância de bispos. Esses professores assumiam a função de forma ‘vitalícia’ (MELO, 2012, p. 19).

É válido lembrar que a reforma pombalina no Brasil foi um marco educacional com o Alvará de 28 de junho de 1759, Marques de Pombal determinou o fechamento de colégios jesuítas, que ficou conhecido como aulas régias. Segundo Camargo (2016, s.p):

A criação das aulas régias marcou o surgimento do ensino público oficial e laico, visto que, até então, a educação formal em todos os seus níveis estava sob o controle da Igreja, que também detinha grande influência sobre outras áreas da cultura, como as artes e a impressão de livros.

Logo após o período dos jesuítas, na era Colonial e expulsão dos mesmos do país, começou-se a utilizar o método sintético para alfabetizar. Esse método teve início em 1876 com a formação da República (AMORIN, 2019).

1.2 Conjuntura atual da alfabetização, Educação Especial e TDAH

Através da conjuntura atual, utilizou-se os dados estatísticos para desenvolver o tópico apresentado.

De acordo com levantamentos de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2021: “8,4% da população brasileira acima de 2 anos, o que representa 17,3 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência”.

Tornando necessário que dia após dia seja pesquisado e debatido o tema deficiência em geral, para que a população entenda que deficiência não é somente física, e que ela pode ocorrer de diversas maneiras.

Dados da evolução da Educação Especial no Brasil feito pelo Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) de 2018 mostram que a evolução de matrículas na Educação Especial, a Política de Inclusão, em todas as regiões do Brasil. A população total segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) do ano de 2000 revela que 169.872.856 é o total da população, e 24.600.256 da população são deficientes. Conforme tabela abaixo de pessoas com deficiência pela faixa etária:

Tabela 1

População de 0 a 17 anos com deficiência:	2.850.604
0 a 4 anos:	370.530
5 a 9 anos:	707.763
10 a 14 anos:	1.083.039
15 a 17 anos:	689.272
18 a 24 anos:	1.682.760

Censo Demográfico (IBGE) 2000.

A evolução da Educação Especial no Brasil de 2014 a 2018 é crescente. Segundo dados divulgados:

Nos últimos cinco anos, de 2014 a 2018, o número de matrículas de estudantes com necessidades especiais cresceu 33,2% em todo o país, segundo dados do Censo Escolar divulgados hoje (31) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No mesmo período, também aumentou de 87,1% para 92,1% o

percentual daqueles que estão incluídos em classes comuns (AGENCIA BRASIL, 2019).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2022 divulgou seus resultados preliminares sobre a Educação Básica, e adiantam que o Brasil teve menos matriculados até o dia da pesquisa do Censo Escolar. Segundo o INEP, as matrículas de 2022, até agora, registraram um número de 35.760.081 de matriculados no Ensino Regular e na Educação Especial, 1.270.646, tanto na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e o Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme tabela abaixo, detalhada entre matrículas total no ensino regular e educação especial:

Ensino Regular:

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
6.450.530	20.911.806	6.217.486	2.180.259

Educação Especial

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
144.506	868.915	182.014	75.211

INEP 2022.

Fazendo um breve levantamento da educação nos últimos quatro anos anterior que sucedem 2018, 2019, 2020 e 2021, os números de alunos matriculados no ensino regular e educação especial teve uma diferença no decorrer dos anos, conforme tabela abaixo:

Ensino Regular: total de 37.350.096

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
6.248.976	21.760.831	6.426.124	2.878.165

Educação Especial: total de 981.412

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
70.208	728.687	106.362	76.155

INEP 2018.

Ensino Regular: total de 36.611.223

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
6.379.551	21.413.391	6.192.819	2.625.462

Educação Especial: total de 1.043.259

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
84.693	770.131	114.566	73.867

INEP 2019.

Ensino Regular: total de 36.345.607

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
6.409.546	21.250.564	6.256.296	2.429.201

Educação Especial: total de 1.097.455

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
88.987	796.087	135.160	77.221

INEP 2020.

Ensino Regular: total de 36.401.378

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
6.307.653	21.262.276	6.446.002	2.385.447

Educação Especial: total de 1.143.717

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
96.014	816.520	159.384	73.797

INEP 2021.

Segundo os dados divulgados anualmente, durante esses quatro anos no ensino regular, a Educação Infantil teve aumento nas matrículas, não o bastante, mas um número que dá esperanças na alfabetização. No Ensino Fundamental teve diminuições no decorrer dos quatro anos, e no Ensino Médio nos anos de 2019 e 2020 teve diminuições e em 2021 quase atingiu o mesmo número de matriculados de 2018. No EJA houve diminuições em todos os anos.

Por outro lado, na Educação Especial durante esses quatro anos teve aumento de matrículas em todas as etapas da escola, inclusive no EJA. Gerando então uma expectativa de que cada vez mais os alunos estão sendo diagnosticados corretamente.

O acesso à educação é direito de todos, conforme a Constituição Federal de 1988. Porém, com a pandemia no novo corona vírus (Covid-19) o percentual de crianças que ficaram prejudicadas é lamentável. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em sua pesquisa ‘‘ TODOS PELA EDUCAÇÃO 2022’’ cerca de 40,8% das crianças não foram alfabetizadas devido ao cenário decorrente da pandemia.

O percentual de crianças que não sabe ler entre as classes baixa e alta é alarmante, podendo perceber que o diferencial de investimento na educação é um ponto crucial entre as famílias, pois segundo os dados de 2012 a 2021 conforme gráfico abaixo, entre os mais pobres o percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler é preocupante. De acordo com o IBGE/Pnad de 2012 o percentual era 37,8% e já em 2021 51,0%.

Outro dado relevante é das pessoas com Déficit de atenção, segundo o site do Ministério da Saúde em 2022 cerca de 5% e 8% da população apresenta o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Sendo então 2 milhões de pessoas no Brasil, e dentre estes 70% podem-se dizer crianças.

De acordo com o site O Estado de São Paulo, em 2011 eram cerca de 6 mil crianças com o transtorno, atualmente em 2022 cerca de 1.400 são crianças. Um grande aumento de casos do TDAH em 9 anos.

Segundo o Jornal A hora de 2022 o desconhecimento da população sobre o TDAH provoca um diagnóstico tardio. O transtorno tem maior prevalência na faixa etária dos 6 aos 17 anos com 7,6% e na faixa dos 18 aos 44 anos 5,2%.

A pesquisa da Associação Benéfica dos Professores Públicos Ativos e Inativos do Estado do Rio de Janeiro em 2018, aponta que, as crianças portadoras de TDAH também apresentam morbidades, como: 15% apresentam transtornos obsessivos compulsivos; 13 a 20% transtornos ansiosos; 1,78 a 10% transtornos de conduto e humor bipolar; 10 a 20% depressão; 33 a 65% transtorno opositivo desafiador; 6,5 tiques; 40% uso de substancias.

Estudos feitos pela Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA) em 2014, revelam que apenas 20% da população com TDAH é tratada no Brasil. E que o consumo de medicamentos como ritalina teve um aumento de 775% no consumo.

2 ABORDAGEM TEÓRICA

A presente Abordagem Teórica apresenta: Conceitos e métodos de alfabetização, o TDAH e alfabetização, legislações e a metodologia utilizada. O objetivo desse tópico é de informar os conceitos que alfabetização carrega, os métodos de ensinamentos que temos no Brasil, autores que discutem melhorias no desenvolvimento, e ainda as múltiplas teorias.

2.1 Conceitos e métodos de alfabetização

A alfabetização é um passo importante na vida da criança que inicia a sua vida na leitura e escrita. Assim, a alfabetização conta com métodos para o ensino, que foi modificado depois da expulsão dos jesuítas. A história da alfabetização não parou por aí, e em 1880 surgiram Cartilhas para alfabetização; e, uma das primeiras foi a Cartilha Maternal, que era elaborada pelo método sintético. Conforme Visvanathan (2019, p. 02),

O método sintético estabelece uma correspondência entre o som e a grafia, entre o oral e o escrito, através do aprendizado por letra por letra, ou sílaba por sílaba e palavra por palavra. Os métodos sintéticos podem ser divididos em três tipos: o alfabético, o fônico e o silábico. No alfabético, o estudante aprende inicialmente as letras, depois forma as sílabas juntando as consoantes com as vogais, para, depois, formar as palavras que constroem o texto.

O método alfabético da classe dos sintéticos é o mais comuns dentro das escolas, que consiste em ensinar primeiro o nome das letras para posteriormente formar as sílabas. No método silábico a criança aprende primeiro as sílabas para depois aprender e compreender as palavras. O método fônico consiste em ensinar primeiro os sons que as letras emitem, e como reconhecer elas dentro de uma frase. Existe um ciclo para ensinar esse método, no qual o aluno aprende o fonema que é o som, depois associa ele a letra, e em seguida formam as sílabas.

O método fônico é baseado no ensino do código alfabético de forma dinâmica, ou seja, as relações entre sons e letras devem ser feitas através do planejamento de atividades lúdicas para levar as crianças a aprender a codificar a fala em escrita e a decodificar a escrita no fluxo da fala e do pensamento (PEREIRA, 2013, s.n.).

Saindo do método sintético, a alfabetização passou para o método analítico, que consiste na leitura da palavra a partir da sílaba ou letra. Com isso percorre o caminho da palavra, sentencição e contos da experiência infantil (ARAUJO, 1996). O método analítico teve seus primeiros registros por volta de 1890 com professores paulistas.

Em meados de 1920, a educação passou pelas reformas educacionais, que tinham como objetivo colocar o aluno no centro da educação, e defendiam os materiais didáticos utilizados dentro da sala de aula.

Nos anos de 1980, Emília Ferreiro com suas obras gerou grande impacto na alfabetização, influenciando inclusive os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) com as quatro fases de alfabetização: Pré-silábica: não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada. Silábica: interpreta a letra e a sua maneira, atribuindo valor de sílaba a cada uma. Silábica-alfabética: mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas. Alfabética: domina enfim, o valor de letras e sílabas (FERREIRO, 1980).

A primeira fase da alfabetização, segundo Ferreiro (1980) é a Pré-silábica, que define dois níveis de conhecimento, Segundo Rodrigues (2021, p.2),” no primeiro, as crianças tentam diferenciar os desenhos da escrita, identificando o que se pode ler. No segundo nível, constroem princípios que vão acompanhá-las no processo de alfabetização”.

A fase silábica já é o caminho que a criança percorre para a escrita, onde começa a escrever conforme escuta e entende. A fase silábica alfabetiza é uma mistura da silábica, porém ela escreve cortando algumas vogais. Na alfabética a criança já tem mais certeza daquilo que escuta, lê e fala (RODRIGUES, 2021, p.02).

O desenvolvimento infantil deve ser observado desde o nascimento, pois isso ajudará a criança a se desenvolver no ambiente escolar. Com isso, Piaget (1999) colocou a aprendizagem como uma base fundamental e investigou a fundo sobre o começo da vida e seus desenvolvimento. A partir daí ele revolucionou a educação na visão dos adultos. Diante seus estudos fundou suas principais obras, a Epistemologia Genética e a Teoria do Conhecimento.

O desenvolvimento infantil, para Piaget (1999), se divide em quatro fases do cognitivo, que começa desde o nascimento da criança até a adolescente, entre seus doze anos ou mais. Com isso ele dividiu as fases em: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal.

A fase de desenvolvimento sensório motor inicia desde o nascimento e vai até os dois anos de idade. Segundo Piaget (1999), nessa fase a criança consiste em aprender os movimentos, sendo ele esticar os braços, as pernas, mãos, movimentando então todo seu sistema de coordenação motora. Características essas que muitas das vezes passam despercebidas, porém para o psicólogo é um ponto importante a ser observado nessa idade.

O desenvolvimento pré-operatório inicia a partir dos dois anos de idade e vai até os sete anos. Piaget (1999) determina essa fase como o egocentrismo, fase dos questionamentos, de

perguntas que muitas das vezes podem não fazer sentido para o adulto, mas para a criança faz total sentido saber daquilo, e quando não respondido insistem até entender.

Piaget (1999) aponta que o desenvolvimento operatório parte dos oito anos de idade até os doze anos, fase em que a criança tem a formação de seu pensamento, começa a entender o seu papel na sociedade, busca compreender melhor as regras dentro de casa e no ambiente escolar, e até mesmo o comportamento modifica. O desenvolvimento operatório formal inicia a partir dos doze anos de idade, fase da adolescência, de conhecimento maior de si mesmo e dos outros. Nessa fase, a criança já entende diversas situações e ascende para necessidade de entender mais.

O ideal da educação não é aprender ao máximo, maximizar os resultados, mas é antes de tudo aprender a aprender, é aprender a se desenvolver e aprender a continuar a se desenvolver depois da escola (PIAGET, 1977 p.225).

Vygotsky (1979, p.138) complementa sobre o desenvolvimento afirmando que:

No desenvolvimento a imitação e o ensino desempenham um papel de primeira importância. Põem em evidência as qualidades especificamente humanas no cérebro e conduzem a criança a atingir novos níveis de desenvolvimento. A criança fará amanhã sozinha aquilo que hoje é capaz de fazer em cooperação. Por conseguinte, o único tipo correto de pedagogia é aquela que segue em avanço relativamente ao desenvolvimento e o guia; devem ter por objetivo não as funções maduras, mas as funções em vias de maturação.

Paulo Freire por sua vez, patrono da educação brasileira, como foi consagrado em 2012, aplicou a sua proposta de alfabetização conhecida como método próprio de alfabetização em Angicos, onde ele conseguiu alfabetizar mais de 300 pessoas que moravam no interior do Rio Grande do Norte (MOYA, 2021).

Vygotsky (1984) defende uma alfabetização mais lúdica, onde associa o brincar como um meio essencial para o desenvolvimento cognitivo infantil.

É enorme a influência do brincar no desenvolvimento de uma criança. É no brincar que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não por incentivos fornecidos por objetos externos (id. ib., p.126).

Vygotsky (1932/1934) foi o fundador da Zona de Desenvolvimento Proximal, a qual é definida por aquilo que a criança consegue fazer sozinha e o que ela consegue fazer com auxílio de outra pessoa. Sua teoria é muito usada nas salas de aula até hoje, e por sua forte influência

na educação, professores podem então estimular seus alunos ao desenvolver habilidades e convívio.

A história da educação não se enquadra somente nos métodos de alfabetização utilizados no decorrer dos anos, as legislações fazem parte dessa história. A teoria da alfabetização se refere ao “[...] domínio da técnica, domínio do código convencional da leitura e da escrita, e das relações fonema/grafema, do uso de instrumentos com os quais se refere (SOARES, 2004, p. 16).

A alfabetização é bem extensa e existem desafios notórios no desenvolver da sua perspectiva no Brasil. E durante a pandemia da Covid-19 ficou alarmante os dados de evasão e analfabetos, segundo a nota divulgada em 2022 pelo site “Todos pela Educação”, através de uma pesquisa feita de 2019 a 2021 durante as aulas remotas, e que diz que houve um aumento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos de idade que não sabiam ler e escrever.

Decorridos mais de cem anos desde a implantação, em nosso país, do modelo republicano de escola, podemos observar que, desde essa época, o que hoje denominamos ‘fracasso escolar na alfabetização’ se vem impondo como problema estratégico a demandar soluções urgentes e vem mobilizando administradores públicos, legisladores do ensino, intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, educadores e professores (MORTATTI, 2006, p. 03, grifos da autora).

Para Magda Soares (2004), a alfabetização tem muitas facetas, no que se refere as perspectivas psicológicas, psicolinguísticas e linguísticas. Para esta autora:

A faceta fônica, que envolve o desenvolvimento da consciência fonológica, imprescindível para que a criança tome consciência da fala como um sistema de sons e compreenda o sistema de escrita como um sistema de representação desses sons, e a aprendizagem das relações fonema-grafema e demais convenções de transferência da forma sonora da fala para a forma gráfica da escrita; a faceta da leitura fluente, que exige o reconhecimento holístico de palavras e sentenças; a faceta da leitura compreensiva, que supõe ampliação de vocabulário e desenvolvimento de habilidades como interpretação, avaliação, inferência, entre outras; a faceta da identificação e do uso adequado das diferentes funções da escrita, dos diferentes portadores de texto, dos diferentes tipos e gêneros de texto, etc. (id. ib., p. 99).

Em entrevista para o Canal Futura do Youtube, Soares (2013) fala sobre os métodos de alfabetização mais condizentes para a aprendizagem, e ainda complementa que a criança aprende a ler e escrever convivendo com a leitura e escrita, no ponto de vista linguístico e cognitivo. A alfabetização para ela é relacionar os sons e desenhos que representam letras. Nesse sentido, ela se preocupa com o que a criança vai aprender e como vai aprender, e que isso que ela aprendeu vai ter uso no seu cotidiano. É necessário que o professor saiba identificar

o tempo de aprendizagem de cada um e saber fazer os trabalhos e exercícios para que cada uma dessas possa aprender respeitando seu tempo.

Em outra entrevista feita no Canal Plataforma de Letramento, Soares (2013) fala que as crianças são capazes de aprender. Mesmo com dificuldades, o professor precisa acreditar e buscar soluções para refletir sobre o contexto da sua sala de aula. É necessário compreender o processo da criança. É fundamental que o professor na visão dela conheça as contribuições da psicogênese para a educação, e que esse professor possa saber esclarecer o conceito da língua escrita das crianças. Entender os processos de alfabetização é indispensável, e estes são: pré-silábico, silábico, silábico sem valor sonoro, silábico com valor sonoro, silábico alfabético e a alfabética.

Por outro lado, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), de 2019, busca elevar a alfabetização e a qualidade de ensino, bem como combater o analfabetismo no Brasil. Podendo ser considerado como um marco na educação brasileira, o PNA analisa as situações da alfabetização juntamente com o representantes da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e demais convidados que pesquisam sobre a alfabetização.

A alfabetização proposta no PNA é uma alfabetização de evidências científicas:

De acordo com essa perspectiva, as políticas e as práticas educacionais devem ser orientadas pelas melhores evidências em relação aos prováveis efeitos e aos resultados esperados, exigindo que professores, gestores educacionais e pessoas envolvidas na educação consultem a literatura científica nacional e internacional para conhecer e avaliar o conhecimento mais recente sobre os processos de ensino e de aprendizagem. (BRASIL, 2019, p. 20).

O PNA ainda afirma que a base primordial da pré-escola ao final do 1º ano do ensino fundamental, está a literacia, que para a Política é importante desenvolver as habilidades da alfabetização e a capacidade da leitura e escrita. “Literacia é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, bem como sua prática produtiva” (BRASIL, 2019, p. 21).



PNA, 2019, p.21

Ainda temos a literacia emergente, que começa ao iniciar a alfabetização. “A isso costuma chamar literacia emergente, que constitui o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, desenvolvidas antes da alfabetização (BRASIL, 2019, p. 22).

O PNA relata ainda que Ehri (2005, 2013 e 2014) identificou quatro fases do desenvolvimento, sendo elas: pré-alfabética, alfabética parcial, alfabética completa e alfabética consolidada.

Fase pré-alfabética: a pessoa emprega predominantemente a estratégia de predição, usando de início pistas visuais, sem recorrer às relações entre letras e sons; lê palavras familiares por reconhecimento de cores e formas salientes em um rótulo, mas é incapaz de identificar diferenças nas letras; pode ainda conseguir escrever algumas palavras de memória. Fase alfabética parcial: a pessoa faz analogias, utilizando pistas fonológicas; depois de aprender os sons das letras, ela começa a utilizá-los para ler e escrever palavras. Fase alfabética completa: depois de conhecer todas as relações entre grafemas e fonemas e adquirir as habilidades de decodificação e de codificação, a pessoa passa a ler e a escrever palavras com autonomia. Fase alfabética consolidada: nesta fase de consolidação contínua ocorre o processamento de unidades cada vez maiores, como sílabas e morfemas, o que permite a pessoa ler com mais velocidade, precisão e fluência, e escrever com correção ortográfica (BRASIL, 2019, p. 28).

Ainda nos modos de ensinar a ler e escrever, o PNA ressalta que: “uma dessas habilidades é considerada essencial no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, pois facilita a compreensão do princípio alfabético, trata-se da consciência fonológica” (BRASIL, 2019, p. 30)

2.2 Legislações

A Educação Especial voltada aos alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) apresentou marcos importantes que demarcam um percurso

significativo para quem necessita de amparos. O TDAH teve sua primeira classificação pelo médico Alexandre Crichton no século XVIII, no qual ainda não era denominado TDAH, porém as características do transtorno já eram estudadas. Em 1968 o transtorno foi incluído na 2ª Edição do Manual do Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº9.394, de 20 de dezembro 1996, a educação tomou novos rumos. O artigo 1º da lei ampara a educação em todos os âmbitos. Os princípios e fins da educação nacional está pautada no Artigo 2º da lei, que diz que: “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p. 01).

Ainda nos princípios que assegura a educação, o Artigo 3º determina que:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 VII - valorização do profissional da educação escolar;
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 IX - garantia de padrão de qualidade;
 X - valorização da experiência extra-escolar;
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
 XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
 XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva (BRASIL, 1996, P. 01-02).

A LDBEN garante o ensino a todos, conforme o Artigo 4º sobre os direitos e deveres em seu parágrafo III: atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, p. 02).

A LDBEN estende uma parte somente para a Educação Especial, no capítulo V dos Artigos 58º à 60º.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos

com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público (BRASIL, 1996, p. 18).

A LDBEN ainda se preocupou em assegurar tanto o ensino escolar, como o ensino aplicado e o atendimento aos educandos, que é o que os Artigos 59º e 60º propõem.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº10.172, de 2001 estabelece vinte e sete objetivos e metas que amparam a educação voltada as pessoas com necessidades educacionais especiais. Uma das metas deste plano que é essencial para a educação, é a meta nº4 que diz:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2001, p. 24).

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) tem como papel fundamental o desempenho e desenvolvimento dos estudantes, trabalhando a igualdade, diversidade e equidade. A BNCC não é considerada um currículo escolar, mas serve como um guia para a elaboração do currículo e das propostas pedagógicas escolares.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2017, p. 09).

A BNCC define que as escolas devem trabalhar a educação conforme os direitos de aprendizagem dos cinco campos de experiência, que é: o eu o outro e nós; Corpo, gesto e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. E ainda contamos com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver (BRASIL, 2017, p. 25).

Para amparar os alunos com um atendimento para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foi criado em 2012 o Atendimento Diferenciado no ENEM, que busca atender alunos com necessidades especiais, com serviços e recursos de acessibilidade para ajudá-los durante a realização das provas.

No ato da inscrição ao Enem, podem ser solicitados os serviços e os recursos necessários, apresentados em campos específicos. O Inep entrará em contato com cada solicitante para confirmar sua necessidade do serviço profissional ou do recurso solicitado para decidir sobre sua concessão (BRASIL, 2012, p. 04).

Cabe lembrar que para esta condição especial exige:

A distribuição desses auxílios e recursos pode variar segundo as efetivas necessidades de cada participante. No entanto, ela tende a obedecer a seguinte distribuição: a) Baixa visão: ledor, transcritor, prova ampliada, sala de fácil acesso; b) Cegueira: prova em Braille, ledor, transcritor, sala de fácil acesso; c) Deficiência física: transcritor, sala de fácil acesso, mesa e cadeira sem braços, mesa para cadeira de rodas, apoio para perna; d) Deficiência intelectual: ledor, transcritor, sala de fácil acesso; e) Deficiência auditiva: tradutor-intérprete Libras, leitura labial; f) Surdez: tradutor-intérprete Libras, leitura labial; g) Surdo cegueira: guia-intérprete, prova ampliada, prova em Braille, tradutor intérprete Libras, leitura labial, ledor, transcritor, sala de fácil acesso; h) Autismo: ledor, transcritor; i) Déficit de atenção: ledor, transcritor; j) Dislexia: ledor, transcritor; k) Gestantes e lactantes: sala de fácil acesso, mesa e cadeira sem braços, mesa para cadeira de rodas, apoio para perna; l) Idoso: sala de fácil acesso (BRASIL, 2012, p. 06).

Em 2021 foi aprovado o Decreto da Lei nº14.254, de 30 de novembro. Essa Lei discorre sobre o acompanhamento integral para os estudantes que tem dislexia ou TDAH, e que necessita: Art. 1º O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem (Brasil, 2021, p. 01).

Art.2 As escolas da educação básica das redes públicas e privadas, com apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção ao educando com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental (Brasil, 2021, p. 01).

Para complementar a Lei nº14.254/21 foi aprovado em a Lei nº14.420, de 2022 que dispõe a Semana Nacional de Conscientização sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), que será realizada a partir do dia 1º de agosto de cada ano: Art.2º A Semana Nacional de que trata o caput deste artigo tem por objetivo promover a conscientização sobre a importância do diagnóstico e tratamento precoce em indivíduos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (Brasil, 2022).

Com relação ao município de Luziânia, estado de Goiás (GO), temos a Lei Orgânica de 2016, que tem como objetivo estabelecer as normas gerais, que fica como atribuições ao prefeito atual da cidade. Na seção IV da Lei, contamos com a parte destinada à educação. Em seu parágrafo único do Artigo 158: a educação será ministrada observados os fundamentos da democracia, da moral, liberdade de expressão, solidariedade e respeito aos direitos humanos e possibilitando uma reflexão crítica da realidade.

2.3 TDAH e alfabetização

A alfabetização e inclusão das crianças com TDAH é um desafio cheio de possibilidades e dificuldades. A pesquisa feita pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV, 2019) mostrou que cerca de 6% a 7% das crianças brasileiras sofrem com déficit de atenção e hiperatividade.

Mesmo sendo um transtorno conhecido, é preocupante a falta de informações e adaptações de professores e escolas para receber estes alunos. Cada criança carrega uma forma do TDAH, sendo possível cada um possa uma característica diferente da outra e ter o mesmo

diagnostico. O TDAH se faz diferente entre meninos e meninas, sendo possível a forma desatenta para as meninas. (Mattos, 2003, p. 27)

Mattos (2003, p.91), em seu livro no mundo da lua ele, afirma que “para lidar com uma criança com TDAH, antes de mais nada, o professor precisa conhecer o transtorno e saber diferenciá-lo de má-educação, indolência e preguiça”. Ou seja, é necessário bem mais que elaborar um plano de aula, o professor tem que ter jogo de cintura e criatividade para ajudar o seu aluno a entender e não perder o foco facilmente. A escola por sua vez deve ofertar um ambiente calmo, acolhedor, confortável e realista para que a criança se sinta inclusa para desmascarar os seus problemas e ser diagnosticado o quanto antes (MATTOS, 2003, p.91/92).

Para um aluno com TDAH se manter concentrado é uma tarefa difícil, mas é importante que o professor tenha conhecimento sobre o assunto e muita flexibilidade para que o rendimento escolar não seja comprometido pela transtorno e que a aprendizagem seja satisfatória para ambos. Mas também é importante lembrar que não cabe ao professor fechar o diagnóstico, o seu papel é observar as características, comportamentos e orientar os pais ou responsáveis a procurar a ajuda devida de médicos capacitados para o caso. É indispensável também que esse educador tenha jogo de cintura para elaborar as práticas pedagógicas voltadas para o ensino e aprendizagem destes alunos (Mattos, 2003, p.91/92).

A diversidade nas práticas pedagógicas deve abranger todo e qualquer aluno que necessita de atenção especial, sendo ela transtorno ou necessidade física. É considerável que o letramento seja o ponto de partida para o desencadeamento da aprendizagem. Com isso Brotto (2008, p. 11) considera que:

Letramento é um termo recente que tem sido utilizado para conceituar e/ou definir variados âmbitos de atuação e formas de participação dos sujeitos em práticas sociais relacionadas de algum modo à leitura e à escrita. Pode se referir a práticas de letramento de crianças em período anterior ao período de escolarização; à aprendizagem escolarizada da leitura e da escrita, inicial ou não; à participação de sujeitos analfabetos ou alfabetizados não escolarizados na cultura letrada, ou, ainda, referir-se à condição de participação de grupos sociais não alfabetizados ou com um nível precário de apropriação da escrita em práticas orais letradas.

A aprendizagem do aluno com TDAH deve ter total atenção. Os professores precisam contar com os médicos para saber detalhes do diagnóstico, para que consigam realizar e elaborar praticas pedagógicas voltadas para o ensino aprendizagem dos alunos com TDAH.

Algumas atividades pedagógicas também podem fazer com que a criança com TDAH se sintam menos distraídas. A estimulação da memória e interação social pode evoluir a

qualidade da aprendizagem. Jogos como de memória, quebra-cabeça, adivinhação e outros que requer atenção são ótimos aliados para as práticas pedagógicas.

Com isso, Farrel (2009, p. 39) complementa que:

Assegurar o ritmo de aprendizagem é um aspecto importante da educação do aluno com TDAH, consideram as características devido o tratamento, terá aprendido no passado em um ritmo mais acelerado ou mais lento do que outros alunos, o que pode ter levado a níveis mais baixos de desempenho.

A educação é um instrumento de suma importância na evolução de um cidadão, de aprendizagem, de autonomia, da formação do indivíduo e preparação para a vida, sendo garantido por lei para todos. Um dos objetivos das políticas educacionais é garantir o acesso de todos na escola.

O direito a educação de qualidade é garantia para todos estudantes, e no Brasil este direito, após o reconhecimento da Constituição Federal de 1988, tornando esta e outras leis como Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1994 e agora a lei nº 14.254 (2021), um conjunto de complemento para que as políticas públicas educacionais no Brasil façam valer o direito da educação para todos, inclusive para os que eram ignorados nas políticas.

Especificamente sobre a Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9.394, de 1996 foi criada para estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, conforme o artigo 59º sobre o ensino:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

A Educação Especial no Brasil surgiu no século XIX, onde foram criadas instituições para atender cegos, surdos, deficientes mentais e físicos (MAZZOTTA,2011). A Educação Especial se diferencia em alguns aspectos da Inclusiva, sendo que a Especial é voltada para

educar alunos com deficiência, e a Inclusiva se baseia em incluir o indivíduo no meio de alunos com ou sem deficiência (SOARES, 2020, p. 01)

Porém, mesmo diante de diferentes conceitos, a Educação Especial e Inclusiva se complementam e desenvolvem uma aprendizagem significativa para seus alunos. De acordo com Moreira (2010, p. 02):

É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não literal e não arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.

A Educação Especial é um caminho de oferta para a educação de qualidade e igualitária, onde seu aluno é amparado e o ambiente escolar é obrigado a ofertar essa modalidade.

Educação Especial: modalidade de ensino escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2011, p. 39).

A Educação Especial no Brasil foi consolidada a partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF 88), que define e determina os direitos sociais e individuais dos brasileiros. Conforme o Artigo 205 da CF 88, a educação é direito de todos e com base nisso o Artigo 206, inciso I, complementa que essa educação deve ser entregue de forma igualitária com acesso e permanência no ambiente escolar. Essa Educação Especial é voltada não somente para deficientes físicos, mas é voltada também para os transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, de acordo com a LDBEN no Artigo 58.

O TDAH é caracterizado como uma deficiência, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), que determina deficiência sendo física, mental e intelectual ou sensorial. O TDAH é um transtorno neuro comportamental que se divide em dois fatores: neurobiológico e ambientais, tendo suas características voltadas na desatenção e hiperatividade e impulsividade. É válido lembrar que, segundo Clai Brites (2018), o transtorno não é associado a palavra doença, tendo em vista que doenças são fatores etiológicos ou patológicos.

Sulkes (2020, p. 05) afirma que:

Alguns especialistas anteriormente consideravam o TDAH um transtorno comportamental, provavelmente porque as crianças costumam apresentar

comportamento negligente, impulsivo e excessivamente ativo, e porque transtornos comportamentais comórbidos, particularmente o transtorno opositivo-desafiador e o transtorno de conduta, são comuns. Entretanto, o TDAH tem bases neurológicas bem estabelecidas e não é simplesmente mau comportamento.

A neurobiologia do transtorno está associada a uma disfunção da neuro transmissão da área frontal do cérebro, regiões subcortiais e a região límbica cerebral. Estudos realizados pela Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA, 2017) afirma que os resultados revelam que a doença compromete o desenvolvimento de regiões cerebrais importantes, como aquelas responsáveis por emoções, motivação e sistema de recompensa.

A presença ambiental nas características do TDAH pode estar voltada para questões familiares, como problemas no parto, uso de cigarro e álcool durante a gravidez, baixo peso ao nascer, falta de suporte parental e também fatores emocionais. De acordo com Mattos (2003, p. 46), é um transtorno com forte influência genética em que existem alterações na química do sistema nervoso.

A criação dos pais é determinante em vários pontos do transtorno, mas não é a criação de educar, é a de ajudar, orientar seu filho(a) a se comportar diante a sociedade. Conforme Mattos (2003, p. 47), a educação dada pelos pais ou por aqueles que criaram a criança, sem sombra de dúvida, tem papel crucial na forma como ela se comporta. E complementa ainda dizendo sobre a mal educação, que não nada a ver com o transtorno em si.

O TDAH surge na infância e se revela no ambiente escolar, podendo persistir durante a vida toda. O conceito histórico do transtorno apresenta diversas controvérsias e muitas denominações, dentre elas lesão cerebral mínima dentre outras (PROIS, 2021).

O transtorno foi renomeado em 1980 para Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, 2014). É fundamental que o diagnóstico seja feito precocemente para que as crianças se sintam mais confortáveis e confiantes no seu processo escolar, já que é neste ambiente que os primeiros sintomas se tornam evidentes e mais fácil de ser observados (CARVALHO, 2022).

É de extrema importância que os professores reconheçam o TDAH no contexto da Educação Especial, priorizando os ideais para uma formação concreta do indivíduo, respeitando seus limites e necessidades. O Atendimento Educacional Especializado (AEE, 2018) é um aliado das escolas, o qual tem um objetivo de identificar, elaborar e reorganizar as propostas pedagógicas considerando as necessidades especiais (MEC, 2018).

O AEE tem como objetivo dentro da escola promover o acesso de qualidade, onde ele irá elaborar e organizar os recursos pedagógicos, qualificar as aprendizagens escolares, melhorando as habilidades e eliminando as barreiras que fazem com que estes alunos não

participe de algumas atividades que necessita de atenção. Para o AEE, a Educação Especial segue como uma modalidade de ensino, que disponibiliza que os recursos e serviços ocorra como no ensino regular (MEC, 2018).

O AEE se baseia em quatro pilares que são eixos fundamentais: identificar as necessidades do aluno, contribuir com o desenvolvimento da Educação Inclusiva e oferecer suporte ao professor da classe comum (MEC, 2008).

A inclusão da criança com TDAH na Educação Especial é um ponto crucial para que os professores observem com clareza, pois esse transtorno causa grandes dificuldades na aprendizagem, e a escola é importante no diagnóstico e resgate da autoimagem da criança (OLIVEIRA e SILVA, 2016).

A educação abre porteiros e novos horizontes para o educando tornado os inclusos no mundo e na sociedade como cidadãos capazes de opinar para melhorias. E isso está explícito em lei e deve ser seguido, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996) Artigo 1º: a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

2.4 Metodologia utilizada

Esta pesquisa é baseada em métodos qualitativos, e que, segundo Moreira (2002, p. 44), “defende que as especificidades do ser humano praticamente exigem para seu estudo um conjunto metodológico diferente, que leve em conta que o homem não é um organismo passivo, mas sim que interpreta continuamente o mundo em que vive”.

Bogdan e Biklen (1994), sobre a investigação qualitativa em educação, afirmam que:

[...] As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. Ainda que os indivíduos que fazem investigação qualitativa possam vir a seleccionar questões específicas à medida que recolhem os dados, a abordagem à investigação não é feita com o objetivo de responder a questões prévias ou de testar hipótese. Privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. [...] Recolhem normalmente os dados em função de um contacto aprofundado com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais. (id. ib., p. 16).

A modalidade é a de um estudo de caso, a partir da Escola Municipal de Tempo Integral Antônio Farias de Mesquita, localizada em Luziânia estado de Goiás (GO). Sobre o estudo de caso, Severino (2008, p. 121) nos lembra que: “ uma pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo. A coleta de dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral”.

Para a entrevista utilizei o método de perguntas, na qual foi feita 5 (cinco) perguntas, para a diretora e professora da escola. A observação do campo de pesquisa, foi feito através de uma visita à escola, no qual foi proporcionado uma tarde de muito conhecimento, onde pude analisar o ambiente, o espaço, os materiais didáticos, os professores, e como os alunos se comportam diante as aulas. Os documentos analisados para essa diagnose de pesquisa de campo, foi o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que foi oportuno ler e ainda faze relação dele com o ambiente visitado.

3 CONTEXTO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

A fim de identificar as possíveis estratégias e possibilidades utilizadas e presentes no processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o presente trabalho tem como objetivo investigar como ele ocorre, e o que os professores e colaboradores da escola podem fazer para tornar essa aprendizagem mais calorosa e satisfatória. Com isso elucidamos a pesquisa através de uma entrevista semiestruturada feita com a diretora e professora da turma de 2º ano da escola.

3.1 Diagnose social

A partir de uma questão histórica abordada na Escola Municipal de Tempo Integral Antônio de Farias Mesquita, que está localizada na Avenida Doutor Neilor Rolim – Parque Alvorada I, no município de Luziânia – Goiás. O objetivo desta pesquisa foi de investigar uma turma de Ensino Fundamental Anos Iniciais, na qual tem alunos com o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

A escola investigada busca atender os alunos fazendo um breve levantamento e identificação dos problemas e necessidades enfrentadas pelos alunos. Com isso, os professores e gestores conseguem atender as necessidades de cada um, dando-lhes oportunidade de uma aprendizagem de ensino concreta.

Os alunos matriculados na instituição possuem laudos da Divisão de Atendimento às Necessidades Educacionais Especiais, que é amparado pela Secretaria Municipal de Luziânia. Com isso, a demanda de atendimento destes alunos são organizadas e acompanhadas pela equipe gestora e professores, que juntos desempenham todo o suporte pedagógico para os discentes.

O Projeto Político Pedagógico (PPP 2022) da escola foi elaborado com a participação de todos os funcionários, comunidade, conselho escolar, pais e responsáveis dos alunos. Diante deste documento podemos perceber que existe um grande número de alunos que ainda não está alfabetizados, bem como um número elevado de alunos que apresentam dificuldades acentuada de aprendizagem.

De acordo com esse PPP de 2022, a escola é composta por 362 alunos, distribuídos em 24 turmas que atende nos turnos matutino e vespertino. A escola possui 12 salas de aulas bem amplas, 06 banheiros para alunos, 05 para funcionários, uma cantina e refeitório, 04 pátios cobertos, sendo que dispõe de piscina e quadra de futebol no local, uma sala de leitura com

biblioteca, 02 laboratórios de informática, 2 salas de professores, uma sala de vídeo, tem também uma sala de robótica, espaço para criação da horta comunitária que é feita uma parte por cada turma.

A escola busca inovar sempre que possível, levando para o meio acadêmico ludicidade que ajudará na sua formação. Com isso existe o plano de ação que conta com quatro projetos a serem executados durante o ano, que são: reunião de pais, projeto semana das mães, projeto viajando pela leitura e o projeto festa junina (PPP, 2022).

Partindo deste pressuposto, a gestão escolar define as prioridades a ser solucionadas, e se necessário fazendo visitas as famílias destes alunos quando não conseguem contato com os mesmos, para que eles estejam informados de tudo que será repassando; bem como uma parceria entre escolas, médicos e familiares. Com isso propiciaram um ambiente humanizado, que estão dispostos a ajudar as diferenças de cada um.

As atividades desenvolvidas estão de acordo com o Documento Curricular de Goiás Ampliado (2022) e com a Base Nacional Comum Curricular (2019), bem como outros documentos educativos importantes no decorrer do ano que darão suporte as atividades a ser executadas.

A escola conta ainda com o Programa Educação Conectada, que de acordo com o PPP (2022) financia a internet, na qual é possível ajudar muitos alunos com TDAH a melhorar a prática com computadores, e também com jogos matemáticos através de vídeos educacionais. Ainda voltados aos alunos com TDAH a escola criou o projeto Tempo de Mais Aprender, no qual destina algumas horas do dia para ajudar os alunos a desenvolver as atividades propostas durante a aula, bem como tirar dúvidas, leitura, escrita, e até mesmo brincadeiras para o desenvolvimento motor e memorial.

3.2 Descrição da pesquisa de campo

A fim de elucidar as questões que serão abordadas neste trabalho, utilizamos entrevistas semiestruturadas, que nos proporcionaram resolver a seguinte questão problema deste trabalho: quais as estratégias e possibilidades utilizadas e presentes no processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)?

A referida entrevista contou com 5 (cinco) questões que estão relacionadas com o tema da pesquisa, e que dá oportunidade ao entrevistado que expor e relatar suas experiências e também a de seus professores sobre o TDAH. A entrevista foi destinada a diretora escolar e a professora do 2º ano, que ainda nos deu oportunidade de conhecer de perto as propostas da

escola para os alunos com laudos de TDAH e também o suporte que eles dão aos pais e responsáveis para aqueles que estão em processo de laudo.

As questões deu ênfase à nossa pesquisa de campo, foi abordada da seguinte maneira, pelo roteiro da pesquisa: Data, horário e local da entrevista, cargo e nome da pessoa entrevistada e as perguntas; a) tempo de trabalho na instituição, formação acadêmica e outros que achar importante sobre seu percurso na pedagogia; b) como é trabalhada a questão da alfabetização de alunos com TDAH na instituição? E como é o preparo dos professores para com eles; c) existem projetos voltadas a estes alunos, ou algum momento de acolhida para eles sentir amparados; d) como são os avanços no aprendizado de alunos com TDAH, e como eles lidam quando não conseguem alcançar os conteúdos passados juntos com a turma; e) possui mais alguma coisa sobre o TDAH que queira compartilhar? Algum relato seu ou de professores da instituição?

3.3 Análise da pesquisa de campo

A partir das questões abordadas na entrevista semiestruturada, foi proporcionado respostas para a questão problema do trabalho, bem como nos deu uma visão ampla de como ocorre a preparação dos discentes, e de todos gestores da equipe escolar para receber os alunos com TDAH na escola.

De certa forma, o TDAH gera impacto em todos, e diante as respostas obtidas podemos perceber que, mesmo os educandos preparados, quando chega o momento da atuação em sala de aula, ainda há muito o que aprender; e com isso, a Secretaria de Educação Municipal entra em cena para amparar a escola. As respostas colhidas nesta pesquisa, irão mostrar o desafio do dia a dia da inclusão de alunos com TDAH.

As entrevistas da escola aponta na questão A que: apresentação do entrevistado cargo, tempo de trabalho, formações, etc.

Sou diretora há 15 anos, e na escola que estou atualmente tenho 5 anos como gestora, sendo que 4 anos foi da Escola Gislene Valeria da Costa, que fez junção e se tornou a Escola de Tempo Integral Antônio de Farias Mesquita no final de 2021, começando os trabalhos em 2022. Sou formada em pedagogia pela UEG de Luziânia desde 2001, pós graduada em 2004 em Psicopedagogia e em 2006 Educação Infantil e Gestão Escolar. Sou concursada em Luziânia desde 2003 e tenho feito muitos trabalhos pela educação no decorrer de todo meu percurso (ENTREVISTA A).

Sou professora graduada e pós-graduada em psicopedagogia e educação especial. Trabalho como professora a 10 anos, e 2 anos na escola que estou atualmente. Sou concursada do município, tenho cursos complementares sobre a educação especial voltada aos alunos com TDAH, autismo, dislexia, entre outros. Busco sempre conhecimentos acerca do assunto TDAH, pois na turma em que estou tenho 5 alunos com laudos, 2 encaminhados para laudo, e 2 que estão em fase final de laudo. Ou seja, em uma turma de 20 alunos tenho muitos que necessita de uma atenção especial (ENTREVISTADA B).

Diante das respostas obtidas por meio da entrevista, é possível notar que as experiências dos funcionários é ampla, bem como os cursos de extensões tanto particulares quanto os ofertados pela Secretaria de Educação da cidade. A diretora entrevistada mostra um conhecimento gradativo sobre a pedagogia em geral, e também sobre as diferentes possibilidades de trabalhar com os alunos com necessidades educativas especiais.

Quando abordada sobre a alfabetização de alunos com TDAH na questão B e C: Como é trabalhada a questão da alfabetização de alunos com TDAH na escola? E como é o preparo dos professores para com eles; Existem projetos voltados a estes alunos, ou algum momento de acolhida para eles sentir amparados?

Por se tratar de um dos transtornos mais conhecido na Infância, devido à baixa concentração, nos da escola de tempo integral buscamos ofertar juntamente com a Secretaria de Educação de Luziânia formações específicas para nossos professores, para que eles saibam como atuar e quebrar as barreiras em relação a alfabetização dos alunos com TDAH. Também organizamos um tempo durante o dia, para ajudar estas crianças nas realizações de atividades, e também orienta-las a melhorar a leitura e escrita. Dessa forma evitamos o desgaste emocional, e conseguimos fazer com que eles acompanhem o ritmo da turma, mesmo que um pouco mais lento. Esse tempo para esse alunos chamamos de Projeto Tempo de mais Aprender. Temos também uma pasta de atividades lúdicas para trabalhar com estes alunos, como se fosse uma cartilha, desenvolvida também aqui na escola junto com os professores e a ajuda da Divisão de Atendimento as Necessidades Educacionais Especiais de Luziânia. Para elaborar estas atividades observamos as necessidades de cada aluno, e durante o tempo de mais aprender aplicamos conforme a demanda individual. Buscamos incluir junto com a alfabetização jogos e brincadeiras, como o jogo da memória que é um material didático importante para desenvolver a associação das imagens e palavras destas crianças; o bola maluca é uma das brincadeiras que utilizamos para incluir os cálculos e leitura, no qual a criança vai ler o que se pede, e no final terá que somar quantas letras tem. Tem gerado bastante comoção estes jogos, e inclusive as famílias confeccionaram os mesmos para não deixar estas crianças sem aprender durante as férias (ENTREVISTADA A).

Procuro sempre entender antes a contextualização sobre o caso do aluno, pois muitos os TDAH tem muita coisa em comum, mas nunca são iguais. Depois de entender, conversar com os pais ou responsáveis, verificar o laudo e indicação, início o meu trabalho para planejar o plano de estudo individual que utilizarei no projeto Tempo de Mais Aprender, e também na sala de aula. Priorizo este método, pois cada um tem um aprendizado diferente. Temos parceria com a Secretaria de Educação, que nos dá todo suporte para os diagnosticados com recursos didáticos e formação continuada para os professores. Utilizo como referencial para minhas aulas a apostila que conheci em um curso de formação da Secretaria " alfabetização de alunos com TDAH" da Camila e Dra. Vivian de 2022 (ENTREVISTADA B)

Diante a questão dois da entrevista, os relatos de diretora e professora é bastante experiente. A alfabetização na escola é um processo importante e respeitado. Existem diversas possibilidades debatidas entre os professores para melhorar as dificuldades que os alunos possam apresentar. O projeto desenvolvido dentro da escola Tempo de Mais Aprender busca ajudar diversos alunos durante o dia, e dá total suporte de materiais didáticos e lúdicos, pois além das professores terem capacidade a escola separou um espaço de sala de aula para esse projeto ser desenvolvido.

Ao questionar a questão D: como são os avanços no aprendizado de alunos com TDAH, e como eles lidam quando não conseguem alcançar o proposto junto com a turma?

Cada um tem sua expectativa de aprendizagem, com isso, buscamos conhecer melhor seus desejos e peculiaridades de aprendizagem. Quando conseguimos decifrar estes, partimos para a parte de escolher o material didático a ser trabalhado. Com isso fazemos até roda de conversas sobre estes alunos, sem deixar os demais de fora, porém com atenção especial aos TDAH. As salas de alfabetização tem uma preparação maior, um ambiente mais harmonizado, reduzido de informações para não tirar a concentração, deixando apenas o que será utilizado durante a aula, com isso fazemos com que eles observem que o material da aula passada já não está mais exposto e isso gera uma sensação de curiosidade para saber o que está por vim. Ao final de cada aprendizagem proposta para a turma de alfabetização, fazemos uma pequena comemoração dos desafios enfrentados, isso faz com que eles se sintam importante, e que os TDAH se sintam incluídos e satisfeitos por ter aprendido com a turma. Já fizemos até mesmo o piquenique do desenvolvimento, onde sentamos, lanchamos e discutimos o que foi aprendido, cada um pode dizer algo que aprendeu se quiser, e assim passamos para o próximo desafio. As crianças ficam encantadas com os avanços, e sempre buscamos fazer essas comemorações. Com isso percebemos que eles aprendem melhor quando estimulados (ENTREVISTADA A).

Como respondido anteriormente, buscamos sempre conhecer o aluno e suas expectativas. Por isso cada conquista é um desafio a menos, então fazemos uma simples comemoração onde os alunos tem suas conquistas alcançadas sem se diminuir com os demais. Os desafios superamos com criatividade, com as rodas de debates e leitura, feira de conhecimento (está em especial é a querida dos alunos com TDAH), teatros, e muitas coisas que tornam as conquistas valiosas (ENTREVISTADA B).

A empatia na escola é algo bastante comum, principalmente quando os alunos com alguma dificuldade consegue superar o proposto.

Ao falarmos sobre a questão E: possui mais alguma coisa sobre o TDAH que queira compartilhar? Algum relato seu ou de professores da instituição?

O TDAH na minha visão, e acredito que na de meus colegas também é um transtorno que se trabalhado pode ter resultados incríveis, e até mesmo, passar despercebido para muitos. Alunos quando bem estimulados e apoiados a melhorar, eles esquecem seus limites, e abre a mente para o impossível na visão deles, e isso é o que desejamos a todos. As crianças que chegam aqui depois de passar pela Educação Infantil e não ser estimulados a pensar e fazer melhor, ficam acudados, e se sentem desajeitados.

Porém logo tomamos as medidas para intervir na socialização e na aprendizagem. Buscamos também visitar os pais e responsáveis para entender melhor o quadro do aluno e seu diagnóstico, e quando não realizado o diagnóstico damos total suporte e enviamos para a Secretaria de Educação tomar as medidas cabíveis para que seja feita o ideal. Entender o TDAH hoje em dia é fundamental, e nos professores temos esse estímulo todos os dias pela diretora e coordenadora, que sempre nos dá motivação, sempre procura por artigos que nos ajudaram, cursos, formações, e tudo que é necessário para que saibamos cada vez mais. O TDAH é bem diversificado, e por isso gostamos de ler o livro do Paulo Mattos (2003) no mundo da lua, nele contem respostas na qual procuramos durante as aulas, e conseguimos orientações para encaixar na Base Nacional Comum Curricular, nas Diretrizes Curriculares e em outros documentos importantes para elaboração do planejamento das aulas. Como anfitriã da escola, desempenho meu papel de diretora na missão de propagar o melhor para todos os alunos sempre, e por isso hoje, somos uma escola mais inclusiva, com preparo de qualidade e qualificação para ajudar nossos alunos. Temos crianças que entrou sem saber escrever ou soletrar seu nome, e hoje mesmo com o transtorno já sabe bem mais (ENTREVISTADA A).

Na minha opinião como professora de alunos com TDAH, ele tem diversas causas, comportamentos e características. Gosto sempre de usar livros como referências para conhecer melhor, como o do Paulo Mattos, Ana Beatriz, e Donatella Arcangeli. O TDAH é um transtorno comportamental cheio de diversidade, e sabendo separar seus comportamentos conseguimos ajudar os alunos a ser alfabetizados. Gosto sempre de anotar na ficha do aluno seu comportamento e suas dificuldades, e indo trabalhando uma por uma até ser superadas. Como por exemplo as crianças hiperativas se levantam toda hora, e com isso aproveito para que elas seja útil, peço para apagar o quadro, ajudar o outro colega a guardar os materiais, entregar atividades para a turma, recolher as atividades entregues, ir na secretaria. Essas crianças não necessita de proibições por levantar demais, elas precisam de algo que as deixem ocupadas. Sempre coloco as regras na sala como: posso levantar-me da carteira, mas se me levanto devo fazer silêncio e não atrapalhar meus colegas. Isso torna para eles agradável, pois eles podem levantar, mas se superam ao fazer silêncio. Gosto sempre de fazer essa análise de comportamento e de característica. Da bastante certo no final, ninguém sai chateado ou cansado e eu não fico sem expectativas desses alunos ficarem quietos ou atentos sempre (ENTREVISTADA B).

Dessa forma, conseguimos entender que a alfabetização de alunos com TDAH ocorre por meio de intervenções criadas pela escola, de referências bibliográficas como livros, apostilas e revistas, e com isso através das estratégias montadas fica mais fácil para alcançar o proposto. Essa educação por muitas vezes é difícil, porém com recursos corretos é possível ocorrer e alfabetizar estes alunos com os demais da turma. Essa alfabetização não pode deixar de ter um olhar especial. Após refletir sobre as respostas, procurar entender um pouco mais do que a escola propõe, além do exposto neste trabalho, foi possível encontrar que a falta de interesse pelos docentes desinteressa os discentes, acarretando em analfabetismo do TDAH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TDAH é um transtorno que atinge cerca de 6% a 7% das crianças, segundo o Manual de Diagnósticos e Estatísticos de Transtornos Mentais (2014). Por ser tratar de um transtorno que engloba diversas características, nem sempre as pessoas que são portadoras tem os mesmos comportamentos (Mattos, 2003, P.19).

Partindo por uma visão de contexto histórico e contemporâneo do TDAH, buscamos levantar uma breve história da alfabetização no Brasil, que é um assunto primordial; pois para entendermos a alfabetização destes alunos, precisamos saber a sua história, conceitos e métodos que fizeram ser o que ela é hoje. A docência tem um caminho longo até chegar a pedagogia de hoje.

Na abordagem teórica da pesquisa, buscamos os conceitos e métodos de alfabetização no decorrer dos anos, e principalmente os conceitos para Magda Soares, e a Política Nacional de Alfabetização. O TDAH no ambiente escolar é desafiador, porém a alfabetização pode ocorrer com os meios certos de alfabetizar.

Nas legislações que fazem amparo deste transtorno, temos Leis, projetos, e ainda grifos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Política Nacional de Alfabetização (PNA) e ainda a Lei Orgânica do Ensino da cidade de Luziânia.

Na metodologia utilizamos autores como Bogdan e Biklen (1994), Moreira (2002) e Severino (2008). Seguimos como roteiro a entrevista semiestruturada, com questões destinadas a diretora e a professora da escola, na qual nos respondeu 5 (cinco) questões e nos deu a oportunidade de conhecer a escola por meio da visita de campo:

Na diagnose social feita através da análise do Projeto Político Pedagógico da escola, pudemos entender melhor a organização da escola, e como a comunidade está participando da inclusão destes alunos no ambiente de alfabetização. Na descrição da pesquisa de campo, é observado tudo que foi dito durante a entrevista e visita de campo, bem como a análise da pesquisa foi elaborada através do discorrimento destas, que por fim conseguimos os resultados da questão problema.

REFERENCIAS

AGENCIA BRASIL. Cresce os números de estudantes com necessidades especiais. Brasília, 2019. Disponível em: “<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais#:~:text=Segundo%20os%20dados%20do%20Censo,para%20pessoas%20com%20necessidades%20especiais>”. Acesso em: 22 abr. 2022.

ABPPAI. Associação Benéficas dos professores públicos ativos e inativos do estado do Rio de Janeiro. Morbidades no TDAH. Rio de Janeiro, 2018. Acesso em: “<https://www.appai.org.br/>”. Acesso em: 22 abr. 2022.

ABDA. Associação Brasileira do Déficit de Atenção. Estudos revela novas alterações cerebrais no transtorno do deficit de atenção. Publicado em maio de 2017. Disponível em: “<https://tdah.org.br/major-estudo-ja-realizado-no-mundo-revela-novas-alteracoes-cerebrais-no-transtorno-do-deficit-de-atencao-2/>”. Acesso em: 03 ago. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION- DMS 5. Manual de Diagnosticos e Estatisticos de transtornos mentais. 2019. Disponível em: “<https://www.google.com.br/search?q=AMERICAN+PSYCHIATRIC+ASSOCIATION-DMS+5.+Manual+de+Diagnosticos+e+Estatisticos+de+transtornos+mentais>”. Acesso em: 22 abr. 2022.

BROTTO, Ivete Janice Oliveira. **Alfabetização:** um tema muitos sentidos. 2008, Tese Doutorado em Educação. Programa Po Graduação em Educação, pela Universidade Do Parana. Disponível em: “www.ppge.ufpr.br/tese/do8-brotto.pdf”. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. Parametros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001.

Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao .acesso em 08 de março de 2022.

BRASIL, Diário Oficial da União. Lei nº 14.254 de 2021. Edição 225, página 5. Brasília, 2021.
BRASIL, Ministério da Saúde. Brasil: MS, 2022.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular, BNCC. Brasil: MEC, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. O atendimento diferenciado no ENEM. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Brasília: MEC. 2008.

BRASIL, Resolução 06/2018. Institui o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2018.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto:Porto, 1994.

CAMARGO, Angélica Ricci. Aulas regias. Arquivo nacional MAPA, Brasil, 2016. Disponível em: “<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/260-aulas-regias>”. Acesso em: 05 ago. 2022.

CONCEIÇÃO, José L. M. Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até a sua expulsão. Rio de Janeiro, Revista A educação pública, 2017.

FERREIRA, Emília. Organização do Trabalho Pedagógico- Pensadores da Educação. Paraná, 1980. Disponível em “<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=334>” . Acesso em: 10 nov.2022.

FARREL, M. Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas: guia do professor. Tradução Maria Adriana, Porto Alegre 2008.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar. Brasil, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticos. Censo brasileiro. Brasil, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticos. Censo brasileiro. Brasil, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticos. Censo brasileiro. Brasil, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticos. Censo brasileiro. Brasil, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticos. Censo brasileiro. Brasil, 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticos. Censo brasileiro. Brasil, 2022.

LIBANELO, J.C. **O processo de ensino na escola**. São Paulo: Cortez, 1994.

MELO, Josineire M.S. **História da Educação no Brasil**. Fortaleza, 2012.

MOYA, Isabela. **Paulo Freire: o que diz a filosofia do educar brasileiro?** Santa Catarina, 2021.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Marco A. O que é afinal aprendizagem significativa. Espanha: Editora UFRGS 2010.

MATTOS, Paulo. **No mundo da Lua:** perguntas e respostas sobre transtorno do déficit de atenção com hiperatividade em crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. ABDA. São Paulo: Lemos, 2003.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil.** São Paulo: Editora, Cadernos Cedes, 2000.

PEREIRA, Cleuzira Custodia et. al. **Alfabetização:** métodos e algumas reflexões. Caldas Novas: UNICALDAS, 2013.

PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. 24. ed. Forense. Rio de Janeiro: FORENSE UNIVERSITÁRIA, 1999.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

PROIS, Projeto Inclusão Sustentável. TDAH: uma conversa com educadores. Brasil, 2021.

PPP, Projeto Político Pedagógico. Escola Municipal de Tempo Integral Antônio de Farias Mesquita. Luziânia, 2022.

PNAD, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios. Brasil, 2012.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira:** a organização escolar. São Paulo: Moraes, 1984.

RODRIGUES, Ana M.S. Etapas da Alfabetização. Brasil, 2021.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. Revista atual, São Paulo, 2013.

SOARES, Magda. **A reinvenção da alfabetização.** Brasília, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento:** caminhos e descaminhos. São Paulo: Editora, Unesp. 2004.

SOARES, Valéria. **A educação especial no contexto da educação inclusiva**. João Pessoa, 2020.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Inquietas: TDAH**. 4. ed. Editora Globo S.A. São Paulo: Globo 2014.

SULKES, Stephen Brian. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade- TDA E TDAH**. Manuais MSD para profissionais, 2020. Disponível em: “ [https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/dist%C3%BArbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/transtorno-de-d%C3%A9ficit-de-aten%C3%A7%C3%A3o-hiperatividade-tda-tdah#:~:text=O%20transtorno%20de%20deficit%20de%20aten%C3%A7%C3%A3o%20Fhiperatividade%20\(TDAH\)%20envolve,v%C3%A1rios%20fatores%20de%20risco%20suspeitos.](https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/dist%C3%BArbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/transtorno-de-d%C3%A9ficit-de-aten%C3%A7%C3%A3o-hiperatividade-tda-tdah#:~:text=O%20transtorno%20de%20deficit%20de%20aten%C3%A7%C3%A3o%20Fhiperatividade%20(TDAH)%20envolve,v%C3%A1rios%20fatores%20de%20risco%20suspeitos.)” Acesso em: 05 de ago. 2022.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Franciscanos na educação brasileira. História e memórias da educação no Brasil**, Revista HISTEDBR on-line, volume I. Petrópolis, 2004.

VINVANATHAN, Christianne. **Qual o melhor método de alfabetização**. Instituto Inclusão Brasil, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/qual-o-melhor-metodo-de-alfabetizacao/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

VYGOTSKY, L.S. **Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1984

VYGOTSKY, L.S. **Zona de desenvolvimento proximal**. São Paulo: Editora: 1932/1934.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. Edições Antídoto. Lisboa, 1979. Disponível em: <https://feneo.webnode.com.br/products/o-jogo-em-vygotsky/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

APÊNDICE: Entrevista semiestruturada**ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Entrevistado(a):

Data e horário:

Local:

Cargo:

- a) Pedir para o entrevistado(a) se apresentar: (cargo, tempo de trabalho, formações e etc)
- b) Como é trabalhado a questão da alfabetização de alunos com TDAH na escola? E como é o preparo dos professores para com eles.
- c) Existem projetos voltadas a estes alunos, ou algum momento de acolhida para eles sentir amparados;
- d) como são os avanços no aprendizado de alunos com TDAH, e como eles lidam quando não consegue alcançar junto com a turma;
- e) possui mais alguma coisa sobre o TDAH que queira compartilhar? Algum relato seu ou de professores da instituição?

ANEXO A- DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Neste documento, declaro que este trabalho é de minha autoria e o uso de todas as fontes escritas e de material de qualquer natureza utilizado na produção deste documento foi devidamente e apropriadamente reconhecido. Também declaro aqui ter conhecimento do teor da Lei no 9.610/98, que versa sobre plágio de trabalho intelectual de qualquer natureza e que tenho consciência das consequências desta lei no âmbito civil e criminal.

(Aline de Farias Silva)